

A “profissão” do político segundo Weber

Tomaremos como referência a conferência que Max Weber (1864/1920) pronunciou em 1919, pouco antes de falecer, divulgada com o título de “A política como vocação” (*Ciência e política*, duas vocações, trad. bras. da Cultrix, diversas edições). Na condição de um dos principais estudiosos desse autor, o pensador espanhol Joaquín Albejan acha que se trata de “profissão”. Nesse texto, Weber fixa as etapas trilhadas pelos partidos políticos, partindo da condição de bloco parlamentar e, de fato, fixa os parâmetros a partir dos quais a atividade passou a exigir uma autêntica profissionalização.

Tomando como exemplo a Inglaterra, diz que, no começo, não passavam de simples conjuntos de dependentes da aristocracia. Acrescenta Weber: “Quando, por esta ou aquela razão, um par do reino trocava de partido, todos os que dele dependiam passavam-se também para o outro campo. Até à época do Reform Bill (de 1832), não era o rei, porém as grandes famílias da nobreza que gozavam das vantagens propiciadas pela massa inerme dos burgos eleitorais. Os partidos de notáveis, que se desenvolveram mais tarde graças à ascensão política da burguesia, conservavam ainda uma estrutura muito próxima da estrutura dos partidos da nobreza.

Num segundo momento, formam-se os partidos dos notáveis, preservada a estrutura primordial do bloco parlamentar. Diversos segmentos da sociedade --profissionais liberais, industriais, pequenos burgueses e mesmo do mundo operário-- organizavam-se em clubes políticos e fazia-se então necessário encontrar um chefe que quase nunca provinha de seu próprio meio”.

Prossegue Weber: “Na época, não existiam partidos organizados regionalmente, que encontrassem base em agrupamentos permanentes do interior do país. Não existia outra coesão política senão a criada pelos parlamentares, apesar de que as pessoas de importância local desempenhavam papel marcante na escolha dos candidatos. Os programas incluíam, a par da profissão de fé dos candidatos, as resoluções tomadas nas reuniões dos homens de prol ou as resoluções das facções parlamentares. Só em caráter acessório e a título exclusivamente honorífico é que um homem de projeção consagrava parte de seus lares à direção de um clube. Nas localidades em que esse clube não existia (caso mais comum), a atividade política estava privada de qualquer organização, mesmo no que tangia às raras pessoas que se interessavam normalmente e de maneira contínua pela situação do país. Só o jornalista era um político profissional remunerado e, além das sessões do Parlamento, só a imprensa constituía uma organização política dotada de algum sentido de comunidade. Não obstante, os parlamentares e os diretores de partido sabiam perfeitamente a quais chefes locais recorrer quando certa ação política parecia desejável”.

A última fase é a da estruturação do que foi denominado de máquina partidária. Esta encontra-se em condições de possibilitar, aos parlamentares, uma atuação permanente e bem documentada em torno das proposições que definem o caráter da organização, ou seja, o respectivo programa partidário, com ênfase no seu núcleo.

O tipo de democracia que daí resulta, na formulação de Weber, é a *democracia plebiscitária*. Vale dizer, periodicamente, o partido que se encontra no poder é obrigado a submeter-se ao referendo popular.

Esclareça-se que a subsequente ampliação do sufrágio levou à organização de comitês eleitorais nos distritos, organização de que não podiam prescindir os parlamentares para manter contato permanente com os eleitores e assim assegurar-se da permanência no Parlamento. Sintetizando o processo, Maurice Duverger dirá que o partido político que

conhecemos em nosso tempo resulta da fusão dos comitês eleitorais com os blocos parlamentares. A partir dessa fusão é que surgem funcionários e assessorias permanentes, formando o que Weber chamou de máquina partidária.

Tendo presenciado apenas os primórdios da constituição dos partidos políticos na forma indicada, nas duas primeiras décadas do século, Weber não chegou a tipificar *partidos ideológicos* e *partidos democráticos*. Porém, avançou uma distinção, a que aludiremos logo a seguir, tornada essencial na identificação de seus fundamentos últimos.

Estabelecamos, primeiro, a diferenciação sugerida pela experiência. Esta iria comprovar, que os partidos democráticos abrigam em seu interior divergências, notadamente quando se trata de hierarquizar os pontos programáticos defendidos pela agremiação ou à intensidade de atuação dos dirigentes quando se ocupam de defendê-las. Essas divergências costumam tornar-se públicas por ocasião dos grandes eventos partidários, mais das vezes denominados de Congressos.

Os partidos ideológicos, por sua vez, não admitem disputas internas. No caso dos Partidos Comunistas --sobretudo depois que chegaram ao poder em diversos países--, tornaram-se notórios os freqüentes expurgos em que estiveram envolvidos. Os Partidos Socialistas, que se diziam marxistas, sofriam de idêntico mal.

A distinção referida precedentemente diz respeito à forma pela qual os políticos se valem das regras morais. Distinguem-se pela adesão seja ao que denominou de *ética de responsabilidade*, seja à “ética de convicção”, ou “ética dos fins absolutos”.

Segundo esta última, os fins justificam os meios, consigna que viria a ser encampada pelos marxistas.

A ética de responsabilidade pretende fazer renascer a tradição kantiana, no que diz respeito à eliminação da dependência da moral à religião, reelaborando-a para abandonar os vínculos que porventura tivesse estabelecido com a suposição de uma sociedade racional.

Os princípios da ética de responsabilidade poderiam ser enunciados como segue:

1º) A vida humana comporta muitas esferas que escapam à moralidade em seu sentido próprio, nada resultando em favor da moral o empenho de estender o seu campo de ação, havendo concomitantemente esferas em que se dá um conflito claro entre a moral e os outros valores. Existe notoriamente uma tensão entre moral e política e também com as religiões que obrigam seus seguidores a menosprezar valores consagrados socialmente. Estão neste caso os sectários que se recusam ao serviço militar, em revide ao que a sociedade lhes cassa os direitos políticos.

2º) É necessário uma atitude compreensiva e tolerante em relação aos valores morais últimos em que o outro faça repousar suas convicções. Salvo a ética totalitária – que no fundo acaba por se transformar numa proposta cínica porquanto em nome dos fins que alardeia, sentem-se os seus partidários a cavalheiro para comportar-se de modo idêntico àqueles que condenam, de que é exemplo expressivo a condenação da ditadura de Batista, admitindo-se até a sua derrubada violenta, para acabar melancolicamente justificando a ditadura de Fidel Castro –, salvo esse tipo de comportamento, que a rigor nada tem a ver com a moralidade, sendo de todo incompatível com a ética de responsabilidade, nos demais eventos parte do pressuposto de que as avaliações últimas do indivíduo nunca podem ser refutadas. É o que Weber denomina de conflito insolúvel das avaliações.

O razoável é aceitá-las e compreendê-las, se queremos ter direito a idêntica prerrogativa.

3º) Não devemos nos valer de circunstâncias que nos colocam numa posição de superioridade para impor nossas convicções. Weber toma aqui o exemplo da cátedra, referido no *Ensaio sobre neutralidade axiológica*.

4º) Devemos responder pelas conseqüências previsíveis de nossos atos. A esse propósito escreve Weber: “Quando as conseqüências de um ato praticado por pura convicção se revelam desagradáveis, o partidário de tal ética não atribuirá responsabilidade ao agente, mas ao mundo, à tolice dos homens ou à vontade de Deus, que assim criou o homem. O partidário da ética de responsabilidade, ao contrário, contará com as fraquezas comuns do homem (pois como dizia muito precedentemente o filósofo alemão, contemporâneo de Kant, Fichte, não temos o direito de pressupor a bondade e a perfeição do homem) e entenderá que não pode lançar a ombros alheios as conseqüências previsíveis de sua própria ação. Dirá, portanto: “Essas conseqüências são imputáveis à minha própria ação”.

5º) Finalmente, a ética de responsabilidade afirma que os meios devem ser adequados aos fins; que não há fins altruísticos que justifiquem o recurso a meios que não possam ser compatíveis com aqueles objetivos. Assim, não se pode, em nome da exaltação da pessoa humana, a exemplo do que ocorreu nos países vítimas do totalitarismo, submetê-la a procedimentos que a aviltam. Os meios aviltantes é que definem o cerne da ética totalitária, ou melhor, sob todas as circunstâncias são os meios que definem os fins.

Indique-se, finalmente, que o aparecimento dos socialistas e comunistas, na cena política, obrigou os partidos políticos a tomarem partido em relação ao modelo de sociedade a que aderiam. Esse imperativo tornou-se mais claro com a publicação da obra *A sociedade aberta e seus inimigos* (1945), de Karl Popper (1902/1994). Assim, os programas partidários devem tornar clara essa opção. É certo que, na atualidade, no Ocidente, reduzem-se a seitas sem respaldo na opinião os grupos que se aferram a anacronismos do tipo da “ditadura do proletariado”.

Idéia sumária da obra de Max Weber (1864/1920)

Max Weber nasceu em 1864 no seio de uma família de industriais no Oeste da Alemanha. Seu pai era advogado e político conhecido, representante de uma das facções liberais no Parlamento. Weber pretendia seguir a carreira do pai e doutorou-se em direito na Universidade de Berlim, 1889, aos 25 anos. Para o exercício da docência livre, na mesma Universidade, elaborou uma tese sobre o direito agrário na Roma Antiga. Nos anos seguintes realizou uma ampla pesquisa sobre o trabalho rural nas províncias alemãs a Leste do Elba e também sobre bolsas de mercadorias. Em 1894, tornou-se professor catedrático de economia na Universidade de Friburgo, transferindo-se em 1896 para a de Heidelberg.

De saúde muito precária, desde 1897, Weber reduziu, substancialmente, a atividade acadêmica, ocupando-se exclusivamente da investigação dos temas de seu interesse. A partir de 1903, tornou-se diretor do Arquivo de Ciência Social e Bem-Estar Social, renovando por esse meio os contatos com a Universidade. Em 1904 aceitou convite para visitar os Estados Unidos. Nesse mesmo ano publicou ensaios sobre metodologia da pesquisa sociológica e políticas agrárias no Leste da Alemanha, bem como o livro que estaria destinado a dar-lhe grande nomeada – *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Nos anos seguintes, prosseguiu sem interrupção o seu trabalho. Durante a

Primeira Guerra, serviu como diretor de hospitais do Exército em Heidelberg. Em 1918, foi consultor da Comissão Alemã do Armistício, em Versalhes, e de uma comissão incumbida de redigir a Constituição de Weimar. Faleceu em junho de 1920, vitimado por uma pneumonia, aos 56 anos.

A parte fundamental da obra de Weber foi publicada após a sua morte, graças ao empenho pessoal da esposa, Mariane Weber, que também escreveu a sua biografia. As traduções não abrangem o conjunto. Com o título de *Economia e Sociedade*, publicaram-se grande parte de seus estudos sociológicos, achando-se essa obra traduzida ao inglês, ao francês e ao espanhol. Dentre os outros estudos, há traduções de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*; *Ensaio sobre a metodologia das ciências sociais*; *A religião da China*; *A religião da Índia*; *O judaísmo antigo* e *História Econômica Geral*. Em português, estão publicados *Economia e sociedade*; *A ética protestante*; *Ciência e Política como vocações* e uma coletânea de ensaios (*Ensaio de sociologia*).

São inestimáveis as contribuições de Weber para a cultura ocidental, cumprindo destacar a concepção de uma metodologia que permitiu a introdução de procedimentos científicos na sociologia; a identificação dos valores predominantes em ciclos históricos decisivos, bem como as condições de sua mudança, evidenciando, deste modo, o papel essencial dos valores na evolução do curso histórico; a constituição de uma atitude compreensiva no estudo da religião, em contraposição aos períodos anteriores quando não se entrevia essa possibilidade, mas apenas a alternância entre a exaltação do sentimento religioso e a crítica demolidora da religião; e, finalmente, para destacar apenas o que há de mais relevante, as indicações que nos legou acerca da *ética de responsabilidade*, isto é, a defesa de um comportamento moral que incorpore as conquistas da meditação moderna, sobretudo as teses kantianas, sem insistir na hipótese do homem universal e tendo-o como situado num tempo histórico e num território limitados.

Ao mesmo tempo em que devotou sua vida ao pensamento e à cultura, Weber integrou-se plenamente à problemática de seu país, dando-se conta de que o nacionalismo exacerbado conduziria à deblaque do Estado liberal de direito. Lutou denodadamente em defesa dos valores do liberalismo e, na medida em que via estreitarem-se os horizontes, imaginou abandonar a terra natal e exilar-se ali onde os ventos fossem mais favoráveis ao seu ideário. Contudo, nunca teve coragem de empreender esse passo. Lutou com empenho em prol da manutenção da paz mas, quando veio a Primeira Guerra, compreendeu que não dispunha de base moral para ignorar o conflito e apresentou-se ao serviço militar. Finda a conflagração, repudiou o comportamento daqueles que achavam ser correta a punição aos alemães, obrigando-os a pagar pela reconstrução dos outros países. Em Versalhes, procurou advertir quanto ao caráter suicida de tal política, que só servia para perpetuar a cisão na Europa, como de fato veio a acontecer. Deu o melhor de si mesmo em prol do sucesso da República Weimar, de que presenciou apenas os primeiros passos, embora nunca tivesse escondido suas convicções monarquistas. Sua morte coincide com a eleição para a primeira legislatura (junho de 1920).

Publicaram-se diversos estudos sobre a obra de Weber, entre estes *Sociologia de Max Weber*, de Julien Freund (trad. brasileira, Forense, 1970) e *Max Weber – um perfil intelectual*, de Reinhard Bendix (trad. brasileira, Ed. UnB, 1986).